



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## **SOBERANIA ALIMENTAR E TECNOLOGIAS SOCIOTERRITORIAIS NA ALIANÇA CAMPO-CIDADE: RESISTÊNCIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS E REDES AGROALIMENTARES AGROECOLÓGICAS**

Renata Silva<sup>1</sup>

Eliene Brito Teixeira<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O sistema agroalimentar globalizado está estruturado por relações de poder que transformaram o alimento em mercadoria e, em muitos contextos, em instrumento de controle geopolítico, utilizando a fome e a desnutrição como formas de dominação e até mesmo como arma de guerra. A produção, o abastecimento e o consumo de alimentos passaram a ser moldados pelas dinâmicas do capital, subordinando países, comunidades e seus territórios aos interesses do mercado e do imperialismo.

Essa estrutura é resultado da imposição de sucessivos regimes alimentares capitalistas, conforme analisa McMichael (2016), que explica como os alimentos passaram a ser instrumentos geopolíticos de poder, subordinados aos interesses das grandes corporações e das economias dominantes. Hoje, conforme McMichael (2016), vivemos sob o terceiro regime alimentar, o corporativo, que intensifica os processos iniciados por regimes anteriores (regime alimentar imperial e regime alimentar intensivo). McMichael (2016) aponta que o regime alimentar corporativo produz alimentos de lugar-nenhum (The now-here food) por meio do cultivo especializado e globalizado, coordenado por cadeias transnacionais corporativas de

---

<sup>1</sup> Mestra e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), militante do Coletivo Rural-Urbano-Associação Oeste de Diadema (CRU-Diadema) e e-mail: renata.silva1@unesp.br

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), pesquisadora do DataLuta, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e e-mail: eliene.brito@unesp.br



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

comercializadores e supermercados. Esse modelo aprofunda a desigualdade socioterritorial, degrada ecossistemas e agrava a fome em escala global e local.

Trata-se de um processo que, como afirma Santos (1996), não é portador de um sentido, já que o seu objetivo - o mercado global - é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. A crítica ao sistema agroalimentar globalizado também está presente em Josué de Castro (1984), que denunciava a fome como expressão da injustiça social e do controle político da alimentação, resultado das escolhas de desenvolvimento feitas pelas elites nacionais e internacionais. Fernandes (2019) também faz essa crítica ao evidenciar que as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção, o que mantém o campesinato em posição marginal e subordinada aos interesses do capital. Fernandes (2019) expõe que a crescente subordinação e expropriação do campesinato pelo capitalismo produz um problema estrutural denominado de questão agrária. A essência da questão agrária é a renda capitalizada da terra, que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa.

Diante desse cenário, a soberania alimentar emerge como proposta central na disputa por outro modelo de sociedade, que coloque as comunidades no centro das decisões sobre sua alimentação e seus territórios. Defendida por movimentos camponeses e organizações populares, como a Via Campesina (2007), a soberania alimentar propõe o direito de produzir e consumir alimentos saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequados, pautando-se na agroecologia e na autodeterminação dos povos. Sob a perspectiva da economia feminista, conforme propõe Nobre (2003), a soberania alimentar e a agroecologia estão profundamente ancoradas na centralidade das mulheres nos processos de reprodução da vida. Historicamente, elas têm desempenhado papel fundamental na preservação da biodiversidade, na guarda e troca de sementes, no preparo dos alimentos e na organização das redes comunitárias, articulando produção, cuidado e resistência cotidiana. Essa atuação revela a força de práticas na defesa dos comuns, os espaços de cooperação, reciprocidade e cuidado, que confrontam a lógica da acumulação e da mercantilização imposta pelo capital. Federici (2014) propõe uma nova reconstrução a partir da perspectiva feminista dos Comuns, que apresenta as bases para o desenvolvimento de novas formas de reprodução social. Ao defender os comuns e fortalecer os vínculos entre território, cuidado e alimento, as mulheres



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

reafirmam sua posição estratégica na construção de alternativas ao modelo agroalimentar dominante.

Nesse sentido, movimentos contra-hegemônicos, tanto no campo quanto na cidade, apresentam o sistema alimentar campesino como uma alternativa ao regime alimentar corporativo. O campesinato resiste ao modelo agroalimentar dominante ao expandir a produção de alimentos agroecológicos e afirmar a função social da terra. Por meio de circuitos curtos de comercialização e relações de proximidade, redes populares de abastecimento agroecológico fortalecem a aliança entre os(as) camponeses(as) e trabalhadores(as) urbanos em práticas solidárias de produção, abastecimento e consumo, sob a perspectiva da agroecologia e da soberania alimentar (SILVA, 2022). Essas alianças têm se mostrado fundamentais para a organização política e a luta de classes, exercendo um papel central na resistência e na construção de alternativas mais justas e igualitárias de planejamento, produção e reprodução da vida.

Este trabalho tem como objetivo analisar experiências de abastecimento popular agroecológico organizadas a partir da aliança entre o campesinato e os(as) trabalhadores(as) urbanos(as), com ênfase na Rede de Coletivos de Consumo Responsável da Região Metropolitana de São Paulo (EsparRAMA). Entre essas experiências destaca-se o Coletivo Rural-Urbano (CRU), criado em 2014 na Associação Oeste de Diadema, um espaço historicamente marcado pela luta por moradia e pela atuação de movimentos urbanos.

O CRU articulou-se inicialmente como frente de abastecimento e, durante a pandemia, estruturou uma rede expandida de pontos de entrega distribuídos nos municípios de Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e São Paulo, em parceria com o Coletivo Rural-Urbano - Solidariedade Orgânica (CRU-SOLO), com logística própria, circuitos capilares de entrega e ações de solidariedade de classe. Esses grupos variam quanto ao perfil territorial, mas compartilham formas de autogestão coletiva, comunicação, partilha de custos logísticos e participação ativa das mulheres. A pandemia de Covid-19, ao intensificar a crise sociopolítica e alimentar, evidenciou tanto os limites do regime alimentar corporativo quanto a força das redes de abastecimento popular. Com o avanço da Covid-19 e a suspensão das feiras, o CRU tomou a decisão estratégica de não interromper o abastecimento, entendendo que o acesso a alimentos frescos e saudáveis tornara-se ainda mais urgente em um cenário de agravamento das desigualdades. Além disso, o coletivo possibilitou uma renda direta aos camponeses parceiros com



o pagamento pelos alimentos, mesmo em um cenário de paralisação de feiras e de cortes severos nas políticas para a agricultura familiar.

O fortalecimento da EsprRAMA se deu pela articulação com a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), composta por mulheres agricultoras da Barra do Turvo (Vale do Ribeira/SP). Essa relação permitiu continuar e ampliar o abastecimento popular na cidade e o protagonismo feminino na produção agroecológica baseados em práticas feministas, solidárias e comunitárias. No ano de 2023 iniciou-se o debate da construção da Cooperativa Mista de Produção e Consumo Rural-Urbana (Coop-CRU), envolvendo camponeses do Assentamento Ipanema (Iperó/SP) e da RAMA, culminando em sua constituição formal em novembro de 2025.

Nesse contexto, busca-se compreender como essas iniciativas se articulam como formas de resistência ao regime agroalimentar hegemônico, baseadas nos princípios da soberania alimentar, da solidariedade de classe e da agroecologia. A pesquisa fundamenta-se no referencial teórico dos regimes alimentares (McMICHAEL, 2016), da geografia crítica (CASTRO, 1984; SANTOS, 1996; FERNANDES, 2019), do feminismo anticapitalista (NOBRE, 2003; FEDERICI, 2014), e da abordagem das tecnologias socioterritoriais (SANSOLO, 2021; SILVA 2022), buscando compreender em que medida essas experiências produzem territorialidades contra-hegemônicas frente à lógica do agronegócio e do capital. Assim, este estudo pretende contribuir para o debate sobre alternativas ao sistema agroalimentar globalizado, articulando a análise crítica ao regime corporativo com a análise de práticas contra-hegemônicas de abastecimento popular de alimentos agroecológicos através da aliança campo-cidade e suas dimensões socioterritoriais.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se na articulação entre referenciais teóricos críticos e dados empíricos produzidos em processos de participação direta em redes de abastecimento popular agroecológico.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica com autores clássicos e contemporâneos que analisam o regime agroalimentar e suas contradições, como McMichael (2016), Fernandes (2019), Santos (1996), Castro (1984), Federici (2014) e Nobre (2003), além de estudos recentes sobre tecnologias socioterritoriais (SANSOLO, 2021; SILVA, 2022). A investigação ancora-se na



pesquisa-ação participante, conforme Brandão (2007), articulando produção de conhecimento situada e envolvimento direto nos processos de organização territorial.

Essa abordagem dialoga com a experiência acumulada na dissertação de mestrado da autora, que analisou a gestão comunitária e a tecnologia socioterritorial desenvolvida pela Rede de Coletivos de Consumo Responsável na Região Metropolitana de São Paulo (SILVA, 2022), especialmente durante a pandemia de Covid-19.

O percurso metodológico envolveu participação continuada em atividades de gestão comunitária, distribuição de cestas, reuniões organizativas, mutirões, grupos de estudo, intercâmbios com agricultores e articulações em rede. Além da observação participante, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com camponeses e trabalhadores(as) urbanos(as), análise documental, formulários aplicados nos GCRs, mapeamento dos grupos existentes e acompanhamento das plenárias e formações voltadas à constituição da Cooperativa Rural-Urbana (CRU). Foram também analisados dados secundários de pesquisas nacionais e internacionais sobre a mercantilização da alimentação, desigualdades no acesso à comida e impactos do setor corporativo. Estudos sobre orçamento familiar, segurança alimentar e atuação das grandes empresas do sistema alimentar contribuíram para dimensionar os efeitos estruturais do regime agroalimentar hegemônico.

Por fim, a análise das práticas contra-hegemônicas ancorou-se em uma abordagem territorial crítica, sustentada pelos princípios da soberania alimentar, da economia feminista e da agroecologia. As categorias analíticas emergiram da sistematização integrada dos dados teóricos e empíricos, permitindo interpretar as relações entre regime alimentar, resistência socioterritorial e protagonismo das mulheres na reprodução da vida.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise identifica quatro eixos centrais para compreender a atual configuração do sistema agroalimentar e os processos de resistência socioterritorial em aliança entre o(a) campones(a) e os(as) trabalhadores(as) da cidade.

O primeiro eixo trata da consolidação do regime agroalimentar corporativo como forma de dominação socioterritorial. Esse regime, como aponta McMichael (2016), intensifica a subordinação da produção e o abastecimento de alimentos aos interesses das grandes corporações



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

transnacionais. O agronegócio, a mercantilização do alimento, a padronização da alimentação e a centralização da logística impõem uma lógica que desarticula circuitos locais e aprofunda as desigualdades no acesso à alimentação. Trata-se de um regime que, ao priorizar a renda da terra e o lucro corporativo, converte o alimento em mercadoria e o território em ativo econômico.

Essa lógica global do capital, como analisa Santos (1996), não está voltada à vida, mas à autorreferência do próprio mercado, apagando o sentido dos lugares e a centralidade das comunidades. Fernandes (2019, p. 203) elucida que além de lutar pela terra, os camponeses lutam contra os impérios alimentares na construção de um modelo próprio de desenvolvimento a partir de políticas públicas emancipatórias que garantam a produção de alimentos saudáveis.

No contexto brasileiro recente, sobretudo durante a pandemia, essa dinâmica tornou-se ainda mais evidente, enquanto os preços dos alimentos nas redes varejistas dispararam, agravando a fome, milhares de camponeses perderam seus canais de comercialização com o fechamento das feiras, mercados locais e programas institucionais.

Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (Rede PENSSAN, 2021) revelam a profundidade dessa crise: ao final de 2020, apenas 44,8% dos lares brasileiros estavam em situação de segurança alimentar, enquanto 55,2% já viviam algum grau de insegurança, um aumento de 54% em relação a 2018. A fome atingiu 9% da população, o maior índice desde 2004, representando 19,1 milhões de pessoas sem acesso regular a alimentos. No meio rural, contraditoriamente, 12% dos domicílios conviviam com a fome, apesar de o Brasil figurar entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, realidade que expressa os efeitos da concentração fundiária, da hegemonia do agronegócio e da desigual distribuição dos alimentos no regime corporativo.

Foi justamente nesse cenário crítico que a Rede de Coletivos de Consumo Responsável na Região Metropolitana de São Paulo (EsparRAMA) junto aos camponeses e camponesas demonstrou sua centralidade, pois a atuação das cadeias corporativas de abastecimento tornou explícita a sua incompatibilidade com as necessidades das periferias urbanas e do campesinato.

O segundo eixo trata dos impactos socioterritoriais da hegemonia do sistema alimentar globalizado. A imposição do agronegócio e das cadeias varejistas aprofunda a fome e dificulta o acesso à alimentação saudável, sobretudo nas periferias urbanas. Honório (2020) aborda os desertos alimentares, caracterizando-os como vizinhanças socialmente vulneráveis, com acesso inexistente ou fisicamente limitado a alimentos saudáveis.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Ademais, é nesses grandes mercados varejistas que se comercializa a maior parte dos alimentos ultraprocessados e com resíduos de agrotóxicos, ricos em açúcares, gorduras, sódio e aditivos químicos, e cada vez mais restritos a poucas culturas, como soja e milho. Esse padrão alimentar resulta no agravamento das condições de saúde da população, tornando-a refém de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, obesidade e diversos tipos de câncer. Tais enfermidades compõem, inclusive, a lista de comorbidades que aumentam o risco de agravamento de pacientes infectados pela Covid-19. Segundo IBGE (POF, 2017-2018), cerca de metade (49,5%) das calorias totais disponíveis para consumo nos domicílios brasileiros provinham de alimentos in natura ou minimamente processados. Já 22,3% vinha de ingredientes culinários processados, 9,8% de alimentos processados e 18,4% de alimentos ultraprocessados. A pesquisa mostra, também, que a aquisição de alimentos ultraprocessados é o dobro no meio urbano do que no meio rural (11,3% e 19,8% contra 5,5% e 10,7%).

Esse modelo também intensifica a expropriação de camponeses(as) e comunidades tradicionais. Como analisa Fernandes (2019), tal configuração reforça a subalternização do campesinato e a marginalização de práticas alimentares não capitalistas.

Diante desse cenário, iniciativas como o coletivo CRU e a rede EsprRAMA, ao articularem produção agroecológica e circuitos curtos de comercialização, afirmam a construção de territórios insurgentes, nos quais o abastecimento popular se conecta às comunidades e aos territórios.

Essas dinâmicas tornam-se ainda mais evidentes nos dados produzidos durante a pandemia (SILVA, 2022). Em 2020, o coletivo CRU distribuiu 5.277 cestas agroecológicas, totalizando aproximadamente 4,9 toneladas de alimentos. Em 2021, foram distribuídas 5.496 cestas em 25 distribuições quinzenais, realizadas entre 30 de janeiro e 22 de dezembro, incluindo as 301 cestas da Campanha de Natal Solidário, direcionadas a trabalhadores(as) terceirizados(as) da Universidade Federal do ABC, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC. A média anual foi de 490 cestas mensais.

Esses alimentos chegaram diretamente às famílias trabalhadoras da Região Metropolitana de São Paulo, muitas delas residentes em territórios classificados como desertos alimentares. A rede alcançou bairros de Diadema, São Bernardo do Campo, Mauá, Santo André, São Caetano e São Paulo, ampliando sua atuação de três grupos antes da pandemia para quinze durante seu momento mais crítico, fortalecendo a renda de agricultores(as) e garantindo alimentação saudável e acessível para moradores(as) de diversos bairros do ABCD Paulista e da região metropolitana.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Foram ofertados quatro tipos de cestas fechadas disponibilizadas para os pontos: pequena com cinco variedades de alimentos (R\$22,00), média com seis variedades de alimentos (R\$ 29,00), grande com oito variedades de alimentos (R\$ 39,00) e de frutas com cinco variedades de alimentos (R\$ 39,00), além de uma cesta alternativa com alimentos de agricultores/as não contemplados nas demais cestas exclusivas para as entregas no galpão e a domicílio. O nome, a composição e o valor da cesta alternativa é definido a cada semana de entrega. Os alimentos das cestas são colhidos e as cestas são montadas e higienizadas na sexta-feira no Assentamento Ipanema (Iperó-SP) pelo coletivo de produção Raiz Verde. Os alimentos da cesta alternativa eram oriundos da RAMA - Rede de Agricultoras Mulheres Agroecológicas, da Barra do Turvo - Vale do Ribeira em articulação com a Rede de Grupos de Consumo da Região Metropolitana de SP, da COOPAFASB - Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras - Vale do Ribeira e da agricultora familiar Veruza Siqueira - do cinturão verde.

Além da distribuição organizada pelas compras de cestas, os coletivos também mobilizaram campanhas solidárias que ampliaram significativamente o alcance das ações. A campanha Solidariedade de Classe garantiu a entrega mensal de cestas agroecológicas para 40 famílias da região da Associação Oeste (Vila Conceição e Vila Socialista), compostas majoritariamente por famílias que perderam emprego ou renda. Já a campanha Hortas e Aldeias, assegurou entregas mensais de cestas para três aldeias Guarani, Guyrapaju, Brilho do Sol e Krukutu, da Terra Indígena Tenondé Porã. Em 2020, foram distribuídas 327 cestas pela Solidariedade de Classe e 400 cestas pela Hortas e Aldeias; em 2021, a campanha Solidariedade de Classe entregou cerca de 96 cestas, ainda que com redução das doações.

As informações sistematizadas por Silva (2022) revelam que essas cestas da Campanha de Solidariedade de Classe foram destinadas majoritariamente a mulheres, mães, autodeclaradas negras e responsáveis financeiramente pelos lares. Muitas estavam com a renda gravemente comprometida pelo desemprego, sobrevivendo de trabalhos informais, como serviços de faxina, ou dependendo de aposentadorias e benefícios governamentais, como o Bolsa Família ou o Auxílio Emergencial. As conversas durante as entregas também evidenciaram a dificuldade dessas famílias em acessar alimentos in natura ou minimamente processados, relatando que, quando recebem doações de outras instituições, geralmente se tratam de cestas básicas convencionais de redes varejistas, compostas majoritariamente por ultraprocessados de baixa qualidade nutricional.



Figura 1 - Cesta de doação da campanha Solidariedade de Classe



Fonte: Autora (2020).

Em relação ao repasse de renda integral aos camponeses e camponesas, em 2021, o total repassado pelo CCRU chegou a R\$ 173.325,12, incluindo agricultores(as) do Assentamento Ipanema, da RAMA e demais camponeses parceiros(as), demonstrando que as redes alternativas de abastecimento popular pode gerar fluxos significativos de renda para os camponeses(as).

Essa organização reafirma que práticas comunitárias podem cumprir funções fundamentais de abastecimento em contextos de crise, desafiando o argumento de que apenas grandes redes privadas seriam capazes de garantir uma logística eficiente.

Mais do que números, Sansolo et al (2021) explica que tais sujeitos têm nesse processo e no produto uma tecnologia sócioterritorial, que trouxe uma solução alimentar e de geração de renda para eles e é, atualmente, um elemento fundamental na luta pela resistência comunitária. Para Sansolo et al (2021) as tecnologias socioterritoriais, como resultado de um diálogo de saberes, se fortalecem quando são acolhidas e potencializadas por um sistema de redes. Portanto, resultam de um conjunto de fatores territorializados e, portanto, embora possam ser analisadas separadamente, não são setores do território, mas compõem de forma integrada o processo de territorialização. (SANSOLO et al, 2021).

Essas práticas concretas revelam uma racionalidade alternativa à do capital, baseada no valor de uso, na solidariedade e no direito ao alimento saudável, em consonância com o que aponta



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Federici (2014) sobre os comuns e a centralidade do cuidado na reprodução da vida. Trata-se de uma territorialidade insurgente, que reafirma os territórios camponeses, disputa o espaço urbano e o abastecimento alimentar como afirmação do direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar.

O terceiro eixo trás o foco às experiências contra-hegemônicas, com ênfase no protagonismo das mulheres do campo e da cidade como elemento estruturante das redes agroecológicas. Experiências como a da rede EsparRAMA e do coletivo CRU, ao articularem a produção agroecológica com o abastecimento popular, afirmam a construção de movimentos socioterritoriais contra-hegemônicos. Essas experiências desafiam a estrutura do regime agroalimentar globalizado ao territorializar o direito à alimentação saudável e ao romper com a dependência das cadeias corporativas.

Os dados sistematizados por Silva (2022) sobre o CCRU e da rede de pontos de abastecimento das cestas revelam que 86% das participantes das compras coletivas são mulheres, com idades entre 22 e 73 anos. Da mesma forma, a coordenação dos GCRs é predominantemente feminina. No campo, o protagonismo feminino se expressa particularmente na Rede RAMA, composta por agricultoras do Vale do Ribeira, cujas práticas agroecológicas sustentaram parte fundamental da alimentação da rede durante a pandemia. A RAMA, portanto, não é fornecedora de alimentos, mas sujeito ativo de uma rede socioterritorial feminista e agroecológica, que desafia o regime alimentar corporativo e reforça dimensões fundamentais: autonomia das mulheres, reconhecimento do trabalho agrícola, fortalecimento da agroecologia e construção de circuitos de proximidade.

Esses dados confirmam o que tem sido analisado pela economia feminista, as mulheres são responsáveis, em grande medida, por práticas de reprodução social (cuidado, alimentação, organização comunitária), e seu protagonismo na agroecologia e nas redes de abastecimento popular revela a centralidade do trabalho das mulheres. As camponesas e trabalhadoras urbanas vinculadas a essas experiências exercem papel central na organização da produção agroecológica e nas estratégias de acesso à alimentação, revelando a força das tecnologias socioterritoriais construídas coletivamente a partir de práticas comunitárias de gestão, solidariedade e cuidado.

Essa atuação, conforme aponta Nobre (2003), resgata o valor do trabalho historicamente invisibilizado pelo patriarcado e pelas dinâmicas capitalistas, evidenciando a centralidade das mulheres nos processos produtivos e reprodutivos da economia. Essas práticas femininas, situadas



na intersecção entre produção e reprodução da vida, revelam uma outra racionalidade política e econômica, incompatível com os princípios da acumulação infinita e da financeirização do alimento.

Tais espaços reorganizam a vida com base na reciprocidade, no planejamento solidário da produção e na defesa da alimentação como um direito coletivo. Federici (2014) conceitua esses espaços como “incomensuráveis”, por ter a potência de resistência que escapam à lógica da valorização do capital, pois se baseiam na solidariedade, na autonomia e na valorização dos saberes e práticas das mulheres.

Nesse sentido, a CRU consolidou durante a pandemia uma infraestrutura comunitária capaz de realizar o abastecimento popular de alimentos agroecológicos, articulando militantes e mutirões de recebimento e distribuição dos alimentos, evidenciando a força organizativa das mulheres na sustentação da vida. O coletivo CRU, a EsparRAMA junto à RAMA expressam essa potência ao consolidar uma infraestrutura comunitária onde o protagonismo feminino reorganiza as relações entre campo e cidade, alimento e território, economia e política. O protagonismo das mulheres do campo e da cidade reforça que a soberania alimentar não pode ser dissociada das lutas feministas e das disputas em torno do trabalho reprodutivo.

O quarto eixo aborda a soberania alimentar como projeto político de enfrentamento ao regime agroalimentar corporativo. Defendida pela Via Campesina (2007) como o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, a soberania alimentar se concretiza em práticas que disputam o território, os modos de produção e o acesso à alimentação saudável. As experiências apresentadas, ao realizar a aliança entre os oprimidos do campo e da cidade por meio da agroecologia, fortalece esse projeto político ao colocar os(as) camponeses(as) e os(as) trabalhadores(as) no centro do debate sobre uma reconfiguração da política alimentar, que desafia a mercantilização da comida e constrói redes de solidariedade socioterritorial ancoradas num modelo de sociedade centrado na vida, na igualdade e na autodeterminação das comunidades e seus territórios.

A experiência acumulada pelas iniciativas apresentadas demonstra que a soberania alimentar se materializa em práticas concretas: produção agroecológica, compra direta, logística comunitária, mutirões de recebimento e entrega, formação política, repasse integral da renda às famílias agricultoras, preços populares e participação ativa das mulheres. Durante a pandemia, a rede do coletivo CRU movimentou toneladas de alimentos agroecológicos, territorializou grupos de



consumo em seis municípios e articulou alianças entre coletivos urbanos, assentamentos, quilombos e movimentos feministas. Soma-se a esse processo a constituição da Cooperativa Mista de Produção e Consumo (Coop-CRU), no final de 2025, cuja atuação certamente trará novos frutos, a serem analisados em pesquisas futuras.

Figura 2 - Assembleia de Constituição da Cooperativa Mista de Produção e Consumo (Coop-CRU)



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

Nesse conjunto, a experiência da CRU se insere num movimento socioterritorial de enfrentamento ao regime agroalimentar globalizado, revelando o potencial das tecnologias socioterritoriais para a construção de alternativas contra-hegemônica políticas, econômicas, culturais e ecológicas. Essas práticas demonstram que é possível organizar o abastecimento popular a partir da agroecologia, da gestão comunitária, da solidariedade de classe e da defesa dos bens comuns, afirmando a vida como central e o território como resistência, conhecimento, ancestralidade e criação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos quatro eixos, conclui-se que as práticas desenvolvidas pelo coletivo CRU e pelas redes agroecológicas de abastecimento popular expressam formas concretas de resistência contra-hegemônica ao regime agroalimentar corporativo. Diante da mercantilização do alimento, da terra e dos bens comuns, essas experiências propõem outro modelo de sociedade,



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

sustentado na soberania alimentar, na solidariedade de classe, na agroecologia e na organização comunitária. As mulheres desempenham papel central na construção dessas alternativas, reorganizando processos de produção, abastecimento e consumo com base no feminismo e nas economias do cuidado, contribuindo para um novo paradigma que desafia a lógica do capital e recoloca a vida e as comunidades no centro das decisões políticas.

Essas redes não se limitam à circulação de alimentos, constituem-se também como espaços político-formativos nos quais se discutem os impactos do agronegócio, a financeirização da alimentação, a invisibilidades do trabalho das mulheres, a importância das sementes crioulas e as políticas de soberania alimentar. O protagonismo das mulheres, majoritário em todos os grupos, impulsiona o caráter feminista da rede. Seja coordenando entregas e mutirões, sistematizando pedidos, preparando materiais formativos ou participando das decisões, as mulheres sustentam a dinâmica da gestão comunitária e do abastecimento popular. Essa centralidade confirma análises da economia feminista, segundo as quais a reprodução social (alimentação, cuidado, saúde), é historicamente sustentada pelo trabalho invisibilizado das mulheres e, quando politizada por meio de iniciativas comunitárias, torna-se dimensão estruturante de processos de autonomia e emancipação.

A análise da experiência do coletivo CRU e da rede EsparRAMA demonstra que iniciativas comunitárias de abastecimento popular agroecológico são capazes de enfrentar, de maneira concreta e territorializada, o regime alimentar corporativo e dar uma resposta rápida e organizada sobre os problemas causados pelas crises sociais intensificadas pela pandemia de Covid-19. Os resultados evidenciam que a construção de redes socioterritoriais baseadas em gestão comunitária, economia feminista, agroecologia e protagonismo das mulheres atua não apenas como alternativa ao sistema dominante, mas como produtora de tecnologias socioterritoriais próprias, que reorganizam os fluxos de alimentos, reconfiguram dinâmicas territoriais e fortalecem a aliança entre os oprimidos do campo e da cidade.

Nesse sentido, os dados sistematizados confirmam esse potencial transformador. A logística capilarizada organizada pelos coletivos, baseada em mutirões, militância, planejamento comunitário e forte engajamento das mulheres, revelou-se um elemento estratégico de inovação popular, permitindo que a rede ampliasse seu alcance territorial. A expansão dos GCRs, de apenas três grupos antes da pandemia para cerca de quinze durante o período mais crítico da crise, demonstrou



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

a força de iniciativas fundamentadas na solidariedade, no cuidado e na auto-organização comunitária.

Esses achados confirmam que a reprodução social nas periferias tem sido sustentada pelo trabalho das mulheres, que exercem funções centrais na gestão da alimentação, nos processos de cuidado, na articulação comunitária e na sustentabilidade da vida. No âmbito dos GCRs, elas são maioria entre participantes, coordenadoras e responsáveis por tarefas fundamentais da gestão. Tal protagonismo reforça que a soberania alimentar é indissociável das lutas feministas e das disputas em torno do trabalho reprodutivo.

Ao mesmo tempo, a pesquisa identifica desafios importantes, como a sobrecarga do trabalho voluntário, os limites de infraestrutura logística, a necessidade de ampliação das formações político-pedagógicas e as dificuldades de investimento na agricultura camponesa e para consolidar estruturas permanentes de abastecimento popular. Esses limites não desqualificam a experiência, ao contrário, demonstram a urgência de políticas públicas que fortaleçam circuitos curtos de comercialização, redes comunitárias, feiras agroecológicas, cozinhas solidárias, hortas comunitárias e espaços coletivos de decisão ancorados nos territórios.

Do ponto de vista teórico, o caso analisado reafirma a importância de compreender redes agroalimentares alternativas não apenas como mecanismos de distribuição de alimentos, mas como arranjos socioterritoriais complexos que produzem novas formas de uso do território, conectando a cidade e o campo de modo solidário, democrático e politizado. Ao territorializar práticas de cuidado, cooperação e autonomia, os GCRs inserem-se no conjunto de experiências que resistem à financeirização da natureza, ao avanço do agronegócio e às desigualdades estruturais do sistema alimentar global.

Por fim, é possível afirmar que as experiências apresentadas constituem não somente uma resposta emergencial à pandemia, mas uma contribuição estratégica para a construção de sistemas agroalimentares populares, feministas, agroecológicos e territorializados, capazes de inspirar processos semelhantes em territórios. Os coletivos demonstram que é possível construir soberania alimentar desde baixo, articulando saberes territoriais, trabalho das mulheres, práticas agroecológicas e autogestão comunitária, consolidando uma das experiências mais relevantes de abastecimento popular da Região Metropolitana de São Paulo nos últimos anos.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

**Palavras-chave:** Soberania alimentar; Sistema agroalimentar; Tecnologias socioterritoriais; Aliança campo-cidade; Resistência.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. Tradução de Luiza Mançano. In: MORENO, Renata (org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, p. 188–209, 2019. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/563/412>. Acesso em: 10 jul. 2025.

HONÓRIO, Olivia Souza. **Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora da UNESP; Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antonio (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz; Unitrabalho, 2003.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. Brasil, 2021**. Disponível em: <http://www.olheparaafome.com.br/#manifestu>. Acesso em: 04 maio 2021.

SANSOLO, Davis Gruber et al. Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. In: SANSOLO, Davis Gruber; ADDOR, Felipe; EID, Farid (org.). **Tecnologia social e reforma agrária popular**. v. 1. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SILVA, Renata. **Gestão comunitária e tecnologia socioterritorial: análise da Rede de coletivos de consumo responsável na Região Metropolitana de São Paulo.** 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, 2022.

VIA CAMPESINA. **Declaração de Nyéléni – Fórum Mundial pela Soberania Alimentar.** Sélingué, Mali, 2007. Disponível em: <https://viacampesina.org/pt/declaracao-de-nyeleni/>. Acesso em: 19 jul. 2025.